

A ESPACIALIZAÇÃO DA FRUTICULTURA NA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORTE FLUMINENSE

Bruna Alessandra de Gouveia Freitas

Universidade Federal Fluminense | Brasil

E-mail: brunafreitas.rj@hotmail.com

Erika Vanessa Moreira Santos

Departamento de Geografia de Campos e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da

Universidade Federal Fluminense | Brasil

E-mail: evmgeo@yahoo.com.br

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo analisar a fruticultura na agricultura familiar no Norte Fluminense, mostrando suas possíveis potencialidades no âmbito socioeconômico e espacial, durante os anos de 2000 a 2016. A região Norte Fluminense abarca nove municípios (Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, Macaé, São Fidélis, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana). Para a realização da pesquisa, adotamos os métodos quantitativos e qualitativos com o objetivo de compilar dados e informações da área de estudo e, em contrapartida, apresentá-los e contribuir com os agricultores familiares. Utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico; levantamento documental junto às secretarias de agricultura municipais, Pesagro, Emater e Associações existentes; compilação e sistematização de dados de fonte secundária – SIDRA/IBGE; realização de pesquisa de campo exploratória; aplicação de roteiros de entrevistas semiestruturados e questionários semiestruturados com agricultores familiares nos municípios com maior valor total com a fruticultura. A Fruticultura sempre esteve presente na Região Norte Fluminense, mas a partir dos anos 2000, como o Projeto Frutificar, houve a disseminação, ainda que seletiva, de variedades de frutas tanto na agricultura patronal quanto junto aos agricultores familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar, Fruticultura, Programa Frutificar.

SPACIALIZATION OF FRUIT CULTURE IN FAMILY AGRICULTURE IN NORTH FLUMINENSE REGION

ABSTRACT:

This paper aims to analyze fruit growing in family farming in the North Fluminense, showing its potential potential, in the socioeconomic and spatial scope, from 2000 -2016. The North Fluminense region encompasses nine municipalities (Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, Macaé, Sao Fidelis, Sao Joao da Barra and Sao Francisco de Itabapoana). To carry out the research, we adopted quantitative and qualitative methods in order to compile data and information from the study area and, in return, present them and contribute to family farmers. We use the following methodological procedures: bibliographic survey; documentary survey with the municipal departments of agriculture, Pesagro, Emater and existing Associations; compilation and systematization of secondary source data - SIDRA / IBGE; conducting exploratory field research; application of semi-structured interview scripts and semi-structured questionnaires with family farmers in municipalities with the highest total value from fruit growing. Fruitculture has always been present in the North Fluminense Region, but since the 2000s, as the Fruiting Project, there has been the dissemination, albeit selective, of fruit varieties in both employer agriculture and family farmers

KEYWORD: Family Farming, Fruit Growing, Frutificar Project.

ESPACIALIZACIÓN DE LA FRUTICULTURA EN LA AGRICULTURA FAMILIAR EN EL NORTE FLUMINENSE

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo analizar la fruticultura en la agricultura familiar en el norte de Fluminense, mostrando su potencial en el ámbito socioeconómico y espacial, entre 2000 a 2016. La región del norte de Fluminense abarca nueve municipios (Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, Macaé, Sao Fidelis, Sao Joao da Barra y Sao Francisco de Itabapoana). Para llevar a cabo la investigación, adoptamos métodos cuantitativos y cualitativos para recopilar datos e información del área de estudio y, a cambio, presentarlos y contribuir a los agricultores familiares. Utilizamos los siguientes procedimientos metodológicos: encuesta bibliográfica; encuesta documental con los departamentos municipales de agricultura, Pesagro, Emater y las asociaciones existentes; compilación y sistematización de datos de fuentes secundarias - SIDRA / IBGE; realización de investigaciones exploratorias de campo; aplicación de guiones de entrevistas semiestructuradas y cuestionarios semiestructurados con agricultores familiares en municipios con el valor total más alto del cultivo de frutas. La fruticultura siempre ha estado presente en la región del norte de Fluminense, pero desde la década de 2000, como el Proyecto de fructificación, ha habido la difusión, aunque selectiva, de variedades de fruta tanto en la agricultura de empleadores como en los agricultores familiares.

PALAVRAS CLAVE: Agricultura Familiar, Cultivos de frutas, Proyecto Frutificar.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma categoria social que foi institucionalizada na década de 1990 e está ancorada na gestão do trabalho e do estabelecimento pela unidade familiar de produção. A criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), a Lei da agricultura familiar (nº 11.326) e o Censo Agropecuário de 2006, contendo pela primeira vez dados da agricultura familiar, foram fatos determinantes para o reconhecimento e a institucionalização da agricultura familiar no Brasil. Dos 5.175.489 estabelecimentos agropecuários no Brasil, a agricultura familiar corresponde a um total de 4.367.902 estabelecimentos (IBGE), além de ser responsável pela maior parte dos alimentos voltados ao abastecimento interno.

O presente trabalho teve como objetivo principal caracterizar e analisar a fruticultura na agricultura familiar, considerando os anos de 2000 a 2016, tendo como recorte espacial a região Norte Fluminense (Figura 01). O ano de 2000 foi de grande relevância no que tange à fruticultura, pois fora criado um projeto que incentivava a atividade frutícola na região - Projeto Frutificar -. Considerando que a fruticultura já era desenvolvida no Norte Fluminense, o Frutificar teve como propósito a incorporação de modernas tecnologias e a inserção de novas variedades de frutas, além de oferecer assistência técnica que acompanhasse e orientasse os agricultores familiares no cultivo de frutas (abacaxi, maracujá, goiaba, laranja etc.).

Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia adotada se baseou na pesquisa qualitativa, com o uso da pesquisa empírica (trabalho de campo com aplicação de questionários), pesquisa bibliográfica e coleta e sistematização de dados de fontes secundárias. Realizamos entrevistas na EMATER (Empresa de Extensão Rural) e na AMPROAC (Associação de moradores e produtores agrícolas de Carrapato) em São Francisco de Itabapoana e na PESAGRO (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro) de Campos dos Goytacazes. Para a aplicação de questionários, selecionamos os municípios com maior valor total na fruticultura por meio dos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) dos anos de 2000, 2003 e 2016 (tabela 01). Por meio dos dados de área colhida, os quatro maiores municípios em valor total na fruticultura foram São Francisco de Itabapoana, Macaé, Quissamã e Campos dos Goytacazes.

Tabela 01 – Área colhida fruticultura nos anos de 2000, 2003 e 2016.

Município	Área Colhida Fruticultura		
	2000	2003	2016
Conceição de Macabu (RJ)	91	157	58
Macaé (RJ)	2.275	1.994	1.750
Campos dos Goytacazes (RJ)	768	1.060	354
Carapebus (RJ)	38	252	47
Quissamã (RJ)	406	675	1.206
São Francisco de Itabapoana (RJ)	1.892	3.773	3.220
São Fidélis (RJ)	280	263	74
São João da Barra (RJ)	168	315	506
Cardoso Moreira (RJ)	54	103	14

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE). Org.: Bruna Freitas.

Coletamos os dados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), focando na Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) dos anos de 2000, 2003 e 2016 e no

Censo Agropecurário de 2006 e 2017. Esses períodos foram escolhidos para que abrangessem o recorte temporal do trabalho - entre 2000 a 2016-.

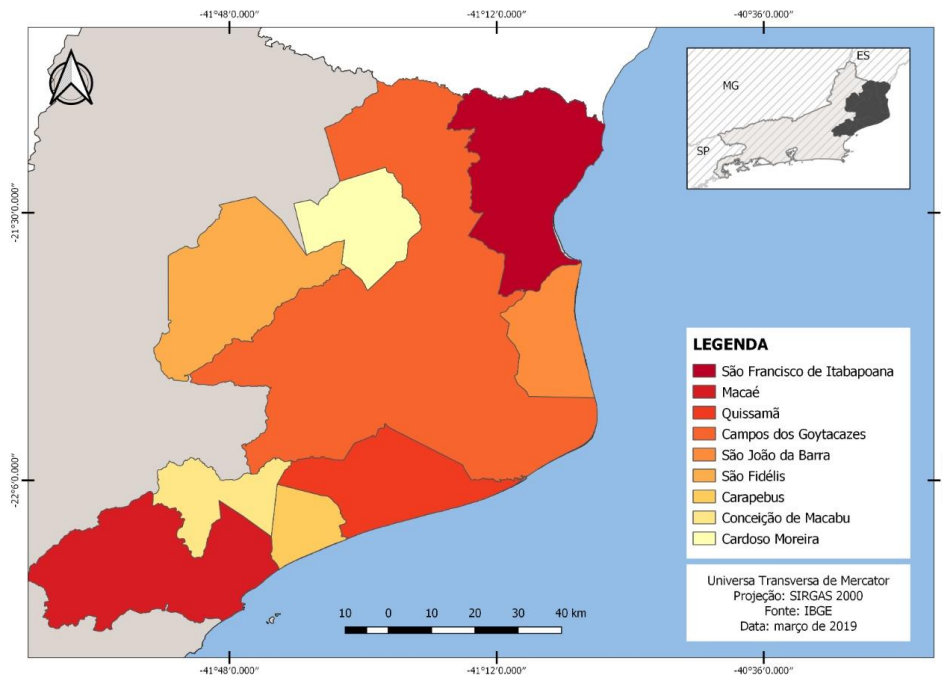


Figura 01: Localização dos municípios da Região Norte Fluminense. Org. Freitas (2018)

Também obtivemos dados primários, com 54 questionários semiestruturados aplicados junto aos agricultores familiares com fruticultura nos municípios de Campos dos Goytacazes e em São Francisco de Itabapoana, sendo 31 questionários aplicados em Campos e 23 questionários aplicados em São Francisco de Itabapoana.

Além desta introdução, a estrutura do artigo é dividida em cinco partes. A primeira seção trata da contextualização da agricultura familiar no âmbito acadêmico e institucional. Na segunda parte, realizamos uma breve contextualização da região Norte Fluminense, seguido da terceira seção sobre os municípios selecionados para a aplicação dos questionários, Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana. Por ultimo, abordaremos o Programa Frutificar e o panorama dos agricultores familiares que desenvolvem a fruticultura. Ao final, constam as considerações e as referências bibliográficas.

CONTEXTUALIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A década de 1990 foi um marco que caracteriza o início da consolidação e da discussão sobre a agricultura familiar no Brasil, no âmbito institucional e acadêmico. Schneider; Cassol (2013, p.5) destacam três momentos importantes para situar o processo de surgimento e reconhecimento da agricultura familiar no Brasil. Inicialmente, apontam o papel do movimento sindical, após o fim da ditadura militar, com um conjunto de lutas por acesso ao crédito, por melhores formas de comercialização, melhores preços e pela realização de uma previdência social rural; o segundo momento para entender a agricultura familiar no Brasil parte do reconhecimento acadêmico do termo, que começou a ser argumentado por intelectuais e cientistas sociais no início da década de 1990; e, por fim, o papel do Estado na

institucionalização da agricultura familiar a partir da criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)¹.

Schneider; Cassol (2013, p.9) também apresentam as três fases das últimas duas décadas no que se refere ao debate da agricultura familiar. Na primeira fase, os autores caracterizam como o “redescobrimto da agricultura familiar”, e definem o período de 1990 a 1995, marcado pelo debate da agricultura familiar em âmbito político e acadêmico, junto aos movimentos sociais, com destaque para o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Na segunda fase, os referidos autores têm como referência o ano de 1996, com a criação do PRONAF, até 2006, quando foi criada a Lei para corroborar a consolidação política da agricultura familiar, a Lei 11.326 (conhecida como Lei da Agricultura Familiar). De acordo com os referidos autores, “nesse interstício a agricultura familiar consolida-se no campo político institucional tornando-se a categoria social que atrai a maior parte dos programas e políticas de desenvolvimento rural” (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p.10). A terceira fase da agricultura familiar, segundo os autores supracitados, teve início em 2006, com a incorporação da agricultura familiar no Censo Agropecuário. A Lei da Agricultura Familiar, lei 11.326, instaurada em 24 de julho de 2006, é, de acordo com Schneider e Cassol (2013, p.11), “a afirmação institucional de maior alcance que a agricultura familiar obteve entre 1996 e 2006, pois diferenciou pela primeira vez os estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares”. É considerado agricultor familiar, segundo a Lei da Agricultura Familiar, quem atende os seguintes requisitos:

[...] não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize, predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família [...] (BRASIL, 2006).

Sendo assim, o Censo Agropecuário de 2006, lançado em setembro de 2009, mostrou que, dos 5.175.489 estabelecimentos agropecuários no Brasil, a agricultura familiar corresponde a um total de 4.367.902 estabelecimentos (Tabela 02), ocupando a 84,4% dos estabelecimentos e ocupando uma área de 80.250 milhões de hectares no território brasileiro, porém, representa somente 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, evidenciando a concentração de terras.

Tabela 02 – Estabelecimentos e Área da Agricultura Familiar nas regiões do Brasil

	Estabelecimento	Área (hectares)
Norte	413.101	16.647.328
Nordeste	2.187.295	28.332.599
Sudeste	699.978	12.789.019
Sul	849.997	13.066.591
Centro-Oeste	217.531	9.414.915
TOTAL	4.367.902	80.250.452

Fonte: IBGE, 2006 Org.: Bruna Freitas.

¹ O PRONAF é considerado, por diversos autores, (WANDERLEY, 2004; SACCO DOS ANJOS, 2003; SCHNEIDER *et al.* 2004; MATTEI, 2014.) como o principal marco da institucionalização da agricultura familiar no Brasil. Criado em 1996, é considerado como a política mais significativa para a agricultura familiar no Brasil, e, por consequência, possibilitou visibilidade a essa categoria social (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p.10).

Bruna A. de Freitas Gouveia e Érika V. Moreira Santos. A espacialização da fruticultura na agricultura familiar no norte fluminense.

[Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium](#),

Ituiutaba, v. 9, n. 1, p. 40-59, jan./jun. 2018.

Página | 43

A maior concentração de estabelecimentos é na região Nordeste, seguida por Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste (tabela 02). No caso da região Nordeste, o alto número de estabelecimentos está representado pelo estado da Bahia, com 665.831 estabelecimentos familiares (IBGE, 2006).

No âmbito acadêmico, Wanderley (1996) caracteriza a agricultura familiar como aquela em que a família “ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”, e destaca que o caráter familiar não é “um mero detalhe superficial e descritivo” e sim que a estrutura produtiva associada a “família-produção-trabalho” tem efeito direto na forma como a família age economicamente e socialmente (WANDERLEY, 1996, p.2).

Mattei (2014, p.72), em seu trabalho sobre o “papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo”, faz uma breve caracterização do processo histórico agrário, pontuando que “a concentração de terras e a exclusão social dos agricultores” são os “pilares básicos” do desenvolvimento agrário do Brasil. O autor frisa que a trajetória histórica do meio rural foi marcada por uma “estrutura fundiária desigual e injusta, com tendência histórica à concentração da propriedade da terra, que provoca exclusão social e pobreza estrutural” (MATTEI, 2014, p.73).

A história agrária no Brasil não colocou como protagonistas os agricultores familiares, logo, as políticas públicas voltadas ao fomento da agricultura familiar, na década de 1990 e nos anos que se sucedem, foram e são fundamentais.

Segundo Mattei (2014, p.77):

Este conjunto de políticas, programas e ações governamentais destinados especificamente ao público de agricultores familiares de todo o país vem apresentando resultados extremamente positivos em termo de produção [...] bem como tem contribuído para a superação de desigualdades historicamente construídas, especialmente em relação ao acesso a terra e aos benefícios das políticas públicas, as quais até pouco tempo atrás tinham apenas os setores latifundiários como público referencial.

Mattei (2014, p.73) faz uma crítica ao modelo de modernização que favoreceu a agricultura não familiar, pois todas as formas de produção que não se encaixavam nesse modelo eram consideradas como “um lugar do atraso, pobre e parado no tempo” e, antes da década de 1990, os governos nacionais não tinham políticas públicas específicas para a agricultura de base familiar, tendo como resultado, segundo o autor, “um intenso êxodo rural [...] nas últimas quatro décadas do século XX”.

No próximo item abordar-se-à agricultura familiar da região Norte Fluminense com o objetivo de, posteriormente, contextualizar o recorte espacial, os municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana.

CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE

A região Norte Fluminense abrange uma área de 9.730.443 km², composta por nove municípios (Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, Macaé, São Fidélis, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana) (figura 02), contendo aproximadamente 849.515 habitantes (IBGE, 2010).

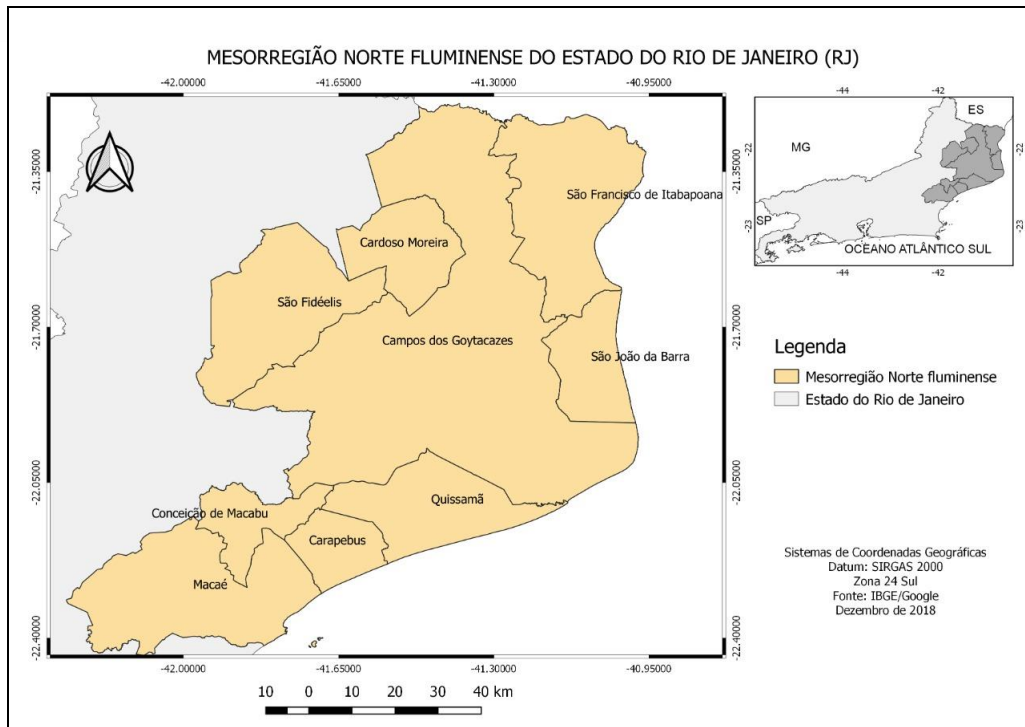


Figura 02 – Mapa de localização da região Norte Fluminense.
 Org.: Bruna Freitas. Desenhista: Diego Moreira.

O espaço agrário da região Norte Fluminense foi pautado na monocultura de cana de açúcar, com origem no século XVIII, resultando em intensa concentração de terras, domínio da elite agrária e baixa diversificação produtiva, marcas que ainda predominam, considerando que, após diversas crises da atividade canaveira, o cultivo de cana ainda é a maior produção do Norte Fluminense, como observamos na tabela 03 (AQUINO, 2008, p.48).

Tabela 03 – Comparação da área total colhida (em hectares) com a área colhida de cana-de-açúcar (em hectares) nos anos de 2000, 2006 e 2017 no Norte Fluminense.

Município	2000		2006		2017	
	Total	Cana-de-Açúcar	Total	Cana-de-Açúcar	Total	Cana-de-Açúcar
Carapebus (RJ)	8.168	8.000	6.072	5.600	70	3
Campos dos Goytacazes (RJ)	95.498	91.150	87.465	84.781	30.694	30.000
Cardoso Moreira (RJ)	5.011	4.350	4.478	3.926	1.255	1.200
Conceição de Macabu (RJ)	474	285	263	14	155	18
Macaé (RJ)	4.597	650	3.717	650	1.036	20
Quissamã (RJ)	13.811	13.000	15.499	14.000	2.340	450
São Francisco de Itabapoana (RJ)	26.611	19.550	29.098	22.543	21.670	14.000
São Fidélis (RJ)	4.172	2.405	2.595	1.841	238	80
São João da Barra (RJ)	5.181	4.855	4.239	3.901	630	120

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Org.: Bruna Freitas

Como enfatiza Aquino (2008) sobre a monocultura da cana,

Ora, as usinas ao mesmo tempo em que possuíam fábricas, eram proprietárias de grandes extensões de terra, além de controlarem a mão-de-obra. Deste modo, a industrialização da produção do açúcar contribuiu para o surgimento de novas relações econômicas e de trabalho na região Norte

Fluminense, por sua vez, calcadas nos moldes capitalistas, imprimindo uma dinâmica econômica concentradora de terras e capital (AQUINO, 2008, p.55).

De acordo com a autora, a indústria da cana de açúcar chegou a ser responsável por até 70% da renda total do Norte Fluminense, no período da criação do Programa Proálcool², nos anos de 1970 (AQUINO, 2008, p.52).

A estrutura fundiária da região Norte Fluminense (tabela 04), com base nos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, se concentra tanto em área territorial quanto em estabelecimentos no município de Campos dos Goytacazes no período. Em Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira e São Fidélis, notamos uma redução em unidades dos estabelecimentos agropecuários. Em Campos dos Goytacazes houve uma redução de 8.098 estabelecimentos em 2006 para 7.749 em 2017, em Cardoso Moreira reduziu de 640 estabelecimentos em 2006 para 587 estabelecimentos em 2017 e em São Fidélis de 3.391 em 2006 para 1.749 em 2017, enquanto nos outros municípios percebemos um aumento dos números de estabelecimentos agropecuários.

Tabela 04 – Área total dos estabelecimentos e número dos estabelecimentos dos municípios da região Norte Fluminense nos anos de 2006 e 2017.

Municípios	Área Total dos Estabelecimentos (em hectares)		Número dos Estabelecimentos (em unidades)	
	2006	2017	2006	2017
Conceição de Macabu (RJ)	11.506	21.975	207	335
Macaé (RJ)	56.905	71.155	626	885
Campos dos Goytacazes (RJ)	255.884	255.775	8.098	7.749
Carapebus (RJ)	5.798	16.244	162	549
Quissamã (RJ)	12.734	22.812	266	302
São Francisco de Itabapoana (RJ)	80.294	65.613	3.494	3.688
São Fidélis (RJ)	66.811	70.342	3.391	1.749
São João da Barra (RJ)	12.874	6.303	689	692
Cardoso Moreira (RJ)	28.904	34.217	640	587

Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017. Org.: Bruna Freitas.

No que diz respeito à área dos estabelecimentos, com exceção de Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra que apresentaram uma perda na área de seus estabelecimentos agropecuários, na maior parte dos municípios podemos observar um aumento em área dos estabelecimentos. Os números de Campos dos Goytacazes podem ser justificados por sua extensão territorial, que compreende 41,4% da área total da região, com 4.040,6 km². (IBGE, 2010).

A atividade canavieira apresentou, durante décadas, expressiva importância econômica e social na formação da Norte Fluminense, principalmente de Campos dos Goytacazes, que se tornou centro da movimentação econômica e social pelo cultivo da cana de açúcar (HADDAD, 2009, p. 20). Porém, nas décadas de 1980 e 1990, com o fim do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) ³, a crise do PROÁLCOOL e com a redução de recursos governamentais destinados à indústria da cana, o setor sucroalcooleiro entrou em colapso,

² O Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) foi criado em 1975 pelo governo brasileiro com o objetivo de desenvolver fontes alternativas para a geração de energia líquida, reduzindo a dependência que o Brasil tinha com o petróleo e seus derivados, como a gasolina (GONÇALVES, 2012, p.56).

³ O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi fundado no governo de Getúlio Vargas visando à expansão e modernização da indústria sucroalcooleira, as principais ações do IAA consistiam no objetivo de “estabelecer regras para o relacionamento entre fornecedores e indústrias do setor canavieiro”, após, sua atuação é estendida para controle interno do preço e da produção do açúcar e também do álcool (ALVES, 1998, p. 1).

Bruna A. de Freitas Gouveia e Érika V. Moreira Santos. A espacialização da fruticultura na agricultura familiar no norte fluminense.

[Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium](#),

Ituiutaba, v. 9, n. 1, p. 40-59, jan./jun. 2018.

Página | 46

com a redução de 26 usinas sucroalcooleiras concentradas na região norte fluminense para oito unidades (AQUINO, 2008, p. 61).

Sendo assim, após a estagnação da cana-de-açúcar, ficou notório que o setor agrícola da Região Norte Fluminense era um setor da economia que não havia sido desenvolvido. A partir disso, algumas instituições como a FGV (Fundação Getúlio Vargas), a FAERJ (Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro) e, principalmente, a FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), tiveram como objetivo incorporar uma atividade que desenvolvesse a região, mas principalmente o setor agrícola.

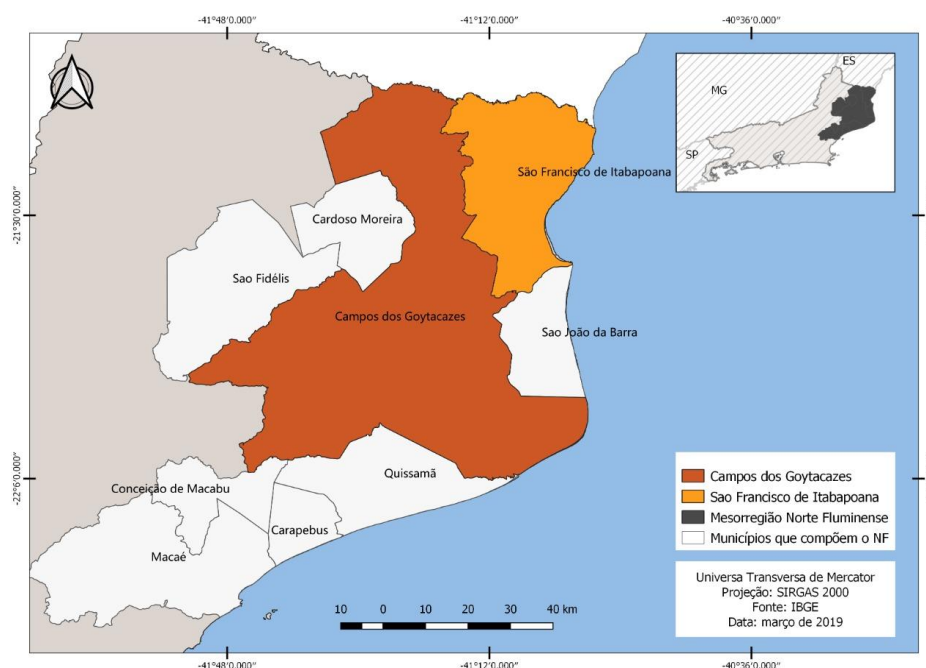


Figura 03 – Mapa de localização dos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana. Org.: Bruna Freitas; Desenhista: Diego Moreira; Fonte: IBGE, 2019.

Com uma população de 463.731 habitantes (IBGE, 2010), Campos dos Goytacazes é o maior município da região Norte Fluminense. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, dos 8.098 estabelecimentos agropecuários de Campos dos Goytacazes, 6.488 são dirigidos por homens e 1.610 por mulheres. No Censo Agropecuário do ano de 2017, a desigualdade permanece, mostrando de forma intensa a masculinização do campo⁴.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, somente 228 estabelecimentos agropecuários possuem a Declaração de Aptidão (DAP), que é um documento de identificação do agricultor e que dá acesso a diversos programas e políticas públicas governamentais. Considerando o número de estabelecimentos, esse número é irrisório, tornando preocupante a falta dele. No contexto geral, 2.529 estabelecimentos dos 7.749 estabelecimentos totais têm como principal fonte de renda as atividades agrícolas desenvolvidas dentro da propriedade.

No que diz respeito à produção de frutas no município, em relação à lavoura permanente (tabela 05), a cultura de destaque, durante os anos de 2000, 2003 e 2016, é a banana, cuja produção abrangeu, em 2003, 2240 toneladas. É perceptível que as culturas de banana e coco-da-baía, em 2003, tiveram os maiores valores em área colhida e a maior quantidade produzida em toneladas, podemos conciliar esse fato com os incentivos do

⁴ ANJOS;CALDAS, 2005;CAMARANO;ABRAMOVAY, 1999; COSTA,2010.

Programa Frutificar, que segundo o representante técnico da Pesagro – Campos, no ano de 2003 o programa estava colhendo os resultados de todos os investimentos financeiros e técnicos feitos desde o ano de sua criação, em 2000.

Tabela 05 – Lavoura Permanente do município de Campos dos Goytacazes.

	Lavoura Permanente do município de Campos dos Goytacazes					
	2000		2003		2016	
	Área Colhida (hectares)	Quant. Produzida (toneladas)	Área Colhida (hectares)	Quant. Produzida (toneladas)	Área Colhida (hectares)	Produzida (toneladas)
Banana	335	210	320	2.240	45	470
Coco-da-Baía	125	1.250	300	3.000	24	200
Laranja	119	5.950	99	990	10	115
Maracujá	45	5.400	105	2.625	11	152

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE). Org.: Bruna Freitas.

Já em relação à lavoura temporária do município de Campos dos Goytacazes (tabela 06), temos como culturas de destaque o abacaxi, a melancia e o melão. A cultura de abacaxi se destaca em todos os anos comparativos, abrangendo 3.780 toneladas produzidas no ano de 2016. As culturas de melancia e melão não tiveram seus valores apresentados neste ano.

Tabela 06 – Lavoura Temporária do município de Campos dos Goytacazes.

	Lavoura Temporária do município de Campos dos Goytacazes					
	2000		2003		2016	
	Área Colhida (hectares)	Quant. Produzida (toneladas)	Área Colhida (hectares)	Quant. Produzida (toneladas)	Área Colhida (hectares)	Quant. Produzida (toneladas)
Abacaxi	57	1.710	125	3.750	210	3.780
Melancia	22	88	8	80	–	–
Melão	35	280	15	165	–	–

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE). Org.: Bruna Freitas.

O município de São Francisco de Itabapoana possui uma população de 41.354 habitantes (IBGE, 2010) e, em relação aos números de estabelecimentos, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, apresenta o mesmo retrato de Campos dos Goytacazes, no número discrepante de estabelecimentos dirigidos por homens comparado aos dirigidos por mulheres, algo que permanece no Censo Agropecuário de 2017. Há a predominância de homens nos dois Censos Agropecuários, 2006 e 2017, conforme a tabela 07.

Tabela 07 – Número dos estabelecimentos agropecuários por sexo, segundo o Censo Agropecuário.

São Francisco de Itabapoana	2006	2017
Homem	2.274	3.091
Mulher	506	600

Fonte: Censo Agropecuário de 2006/2017. Org.: Bruna Freitas.

Os dados do Censo Agropecuário de 2017, na tabela 07, mostram que somente 127 estabelecimentos agropecuários possuem a Declaração de Aptidão (DAP), ou seja, os agricultores familiares não têm acesso ou mesmo as instituições não têm funcionários suficientes para agilizar as solicitações para emissão do documento.

Na lavoura permanente (tabela 08), o município se destaca no cultivo de maracujá, cuja produção atingiu 105.840 toneladas no ano de 2000. No ano de 2016, os dados da cultura de laranja não são apresentados nos dados da PAM (Produção Agrícola Municipal/IBGE).

Tabela 08– Lavoura Permanente do município de São Francisco de Itabapoana.

	Lavoura Permanente do município de São Francisco de Itabapoana					
	2000		2003		2016	
	Área Colhida (hectares)	Quant. Produzida (toneladas)	Área Colhida (hectares)	Quant. Produzida (toneladas)	Área Colhida (hectares)	Quant. Produzida (toneladas)
Banana	39	24	35	228	30	180
Coco-da-Baía	120	1.200	300	2.400	40	560
Laranja	31	1.116	27	243	–	–
Maracujá	882	105.840	1.020	25.500	80	1.200
Goiaba	75	12.000	75	1.275	70	2.100

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE). Org.: Bruna Freitas

Já nas lavouras temporárias (tabela 09), o município tem como carro-chefe a produção de abacaxi, sendo considerado um dos maiores produtores no Estado do Rio de Janeiro e comercializando essa produção para diversos lugares em todo o Brasil. No ano de 2016 é apresentada a maior produção do abacaxi nos anos comparativos e até hoje (2019), é uma produção unânime entre os agricultores familiares da região.

Tabela 09 – Lavoura Temporária do município de Campos dos Goytacazes.

	Lavoura Temporária do município de São Francisco de Itabapoana					
	2000		2003		2016	
	Área Colhida (hectares)	Quant. Produzida (toneladas)	Área Colhida (hectares)	Quant. Produzida (toneladas)	Área Colhida (hectares)	Quant. Produzida (toneladas)
Abacaxi	580	17.400	2.050	57.400	3.000	75.000
Melancia	150	600	225	1.350	–	–

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE). Org.: Bruna Freitas

Na próxima seção, abordaremos o Programa Frutificar, criado em 2000 com o objetivo de disseminar a fruticultura e fortalecer a agroindustrialização no Norte Fluminense.

PROGRAMA FRUTIFICAR NO NORTE FLUMINENSE

Com o discurso das vocações agrícola do Norte Fluminense, a fruticultura foi considerada como a atividade mais propícia a receber incentivos na região. Diante disso, como forma de incentivo à atividade frutícola, com a finalidade de promover a diversificação agrícola e aumentar a oferta de empregos (BAHIENSE et al, 2014, p. 388), foi criado o

Programa Frutificar no ano 2000 pelo governo do Estado, com recursos do FUNDES (Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social), financiados através do Banco do Brasil (SEAPPA⁵, 2010).

A FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) iniciou, na década de 1990, um estudo das potencialidades do estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de constatar “novas vocações sócio econômicas das regiões”, com o apoio de diversas instituições, como a FGV (Fundação Getúlio Vargas) e FAERJ (Federação de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro) (MEIRELLES, 2015, p. 84). E uma das vocações identificadas na região norte a fruticultura com o fito de articular a agricultura e a agroindústria processadora de polpas. Sendo assim, foi criado o Polo de Fruticultura Irrigada da região Norte Fluminense, tendo parcerias com setores públicos e privados, como a prefeitura de Campos dos Goytacazes, pesquisadores da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense), FIRJAN, SEBRAE (Serviço Brasileiro de apoio as Micro e Pequenas Empresas), entre outros (MEIRELLES, 2015, p. 85).

Como pontua Brandão (2004, p. 80),

Em janeiro de 1999, o Sistema Firjan, o Sebrae-RJ e a Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro criaram o Grupo Executivo de Fruticultura, com a missão de atrair investimentos; sensibilizar e disseminar informações; e contribuir para a articulação das diversas instituições envolvidas na implantação do pólo. Os apoios institucionais ao projeto foram se ampliando e se consolidando.

Entretanto, para que o Polo de Fruticultura Irrigada fosse inserido na região Norte Fluminense, de acordo com Meirelles (2015, p. 85), foram analisadas as condições de “infraestrutura de telecomunicações da região, de energia elétrica, situação do gás natural, recursos humanos, as condições geomorfológicas e edafoclimáticas e as atividades econômicas preponderantes”, para que uma análise fosse feita para atestar a possibilidade da atividade frutícola na região. Além da facilidade da região ser próxima aos principais mercados consumidores - Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Vitória -, e também ter universidades e institutos de pesquisa que incentivassem o programa (BRANDÃO, 2004, p. 80).

Segundo Nascimento (2006, p.48),

A atividade da fruticultura tem a particularidade de ser intensiva em mão-de-obra e trazer mais retorno por hectare produzido, particularidades essas que a difere das demais culturas, especialmente das culturas de grãos, como o arroz, feijão, a soja, entre outras, e, além disso, a produção de frutas permite uma maior participação dos agricultores familiares, que representam o “público alvo” desse estudo.

É importante frisar que a fruticultura já estava presente na região Norte Fluminense e que o Programa Frutificar teve como objetivo permitir o acesso dos produtores rurais a novas variedades de frutas, com fornecimento de mudas e também a modernas tecnologias, com acompanhamento técnico da equipe do programa e da Emater, além de linha de crédito específica para financiamento, o chamado Programa Moeda Verde/ Frutificar, com juros de 2% ao ano (SEAPPA, 2010).

Segundo o representante técnico da Pesagro – RJ, após a criação do Frutificar, uma equipe selecionada e específica para o programa foi formada, além da participação e auxílio da Emater - RJ. Para a inserção dos agricultores no Frutificar, uma análise da propriedade era feita, começando por uma visita prévia, onde ocorria uma análise do solo e da água

⁵ Sigla para Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.

Bruna A. de Freitas Gouveia e Érika V. Moreira Santos. A espacialização da fruticultura na agricultura familiar no norte fluminense.

[Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium](#),

Ituiutaba, v. 9, n. 1, p. 40-59, jan./jun. 2018.

Página | 50

(sendo a irrigação um dos pontos mais necessários do projeto), posteriormente uma empresa de topografia fazia a medição da propriedade e, se as etapas fossem aprovadas, o agricultor estaria dentro do programa.

O financiamento tinha como principal programa o Moeda Verde/Frutificar, criado no ano de 2000 pelo governo estadual. Além das taxas de juros de 2% ao ano, que atraíram muitos produtores rurais, o programa Moeda Verde/Frutificar possui outras características, como assinala Brandão (2004, p. 82):

- Recursos provenientes do orçamento do estado;
- Limite superior dos empréstimos por CPF: R\$ 150 mil até 2002 e R\$ 60 mil a partir de então;
- Prazo total de financiamento de cinco anos, e prazo de carência determinado pelo ciclo da cultura;
- Para que se qualifique para o crédito, o produtor tem que mostrar o contrato de garantia de venda de sua produção para uma empresa integradora credenciada pelo governo.

Em relação ao financiamento do Frutificar, o técnico agropecuário da Emater – RJ de São Francisco de Itabapoana pontuou que todos os agricultores inseridos no programa, tinham automaticamente direito ao financiamento. O acordo era que, após a primeira colheita, sendo acompanhados integralmente pela Emater e pela equipe do Frutificar, os produtores deveriam começar a pagar o financiamento, porém, muitos não investiam o dinheiro nas culturas e, conseqüentemente, não pagavam.

Por meio do programa Frutificar, a agroindústria Bela Joana, grande empresa de processamento de polpa de frutas, se instalou na cidade de Campos dos Goytacazes, sendo a maior empresa atraída para a região, com capacidade de esmagamento de quase 300 toneladas de frutas por dia, comercializando tanto com o mercado doméstico quanto exportando para a Europa, Austrália, Argentina e outros países (BRANDÃO, 2004, p. 82). Segundo o representante técnico da Pesagro – RJ, os agricultores tinham um contrato com a empresa no qual “a empresa era obrigada a comprar 100% da produção do agricultor, e o agricultor tinha a obrigação de vender 50% e se quisesse, vender os outros 50% para outro lugar”.

Porém, para o mesmo, essa relação entre a empresa Bela Joana e os agricultores familiares “não deu muito certo”, pois tinha casos que a empresa não aceitava as frutas dos produtores (considerando que não tinha um tamanho e volume ideais considerados mínimos) e, em outros casos, os produtores comercializavam toda a produção para outro comprador que pagasse mais, já que o preço da empresa integradora era anteriormente estipulado.

Em relação à empresa integradora, Brandão (2004, p. 85) pontua que

Através da garantia de compra da produção ela contribuiu de maneira decisiva para a expansão da área plantada na região. Não obstante, as relações entre os produtores e a indústria não fogem ao figurino do que acontece em outros lugares, havendo uma contínua tensão em relação a preços e outras facetas das relações comerciais. [...] A redução das tensões nessas relações comerciais poderá beneficiar a todos, porém, as dificuldades são grandes e a experiência mostra que são duradouras. Mas, mesmo com relações comerciais tensas, a agroindústria reduz riscos, garantindo a colocação da produção.

O agricultor entrevistado de São Francisco de Itabapoana, que participou do Frutificar entre 2000 a 2011, pontuou que o programa custeava todos os processos, como o fornecimento de mudas e o sistema de irrigação, e concluiu que foi uma experiência

satisfatória. Já o agricultor familiar L., também de São Francisco, que participou do programa nos anos iniciais de implantação, teve seu projeto cancelado, pois não possuía terras legais e o INEA (Instituto Estadual do Ambiente) “barrou” (palavras do entrevistado), sua crítica ao Frutificar seria de que o programa não “conversava” com outros órgãos antes de conceder o projeto.

O programa Frutificar foi rotulado pelo representante técnico da Pesagro – RJ e o técnico agropecuário da Emater – RJ como “político/agrícola”, já que ocorreu no governo Garotinho (1999-2002). De acordo com o representante técnico da Pesagro, o Frutificar tinha a intenção de diversificar a produção, juntamente com a cana-de-açúcar, e não tinha a intenção de substituir a produção canavieira. Brandão (2004, p.83) afirma que alguns problemas do programa “foram determinados principalmente pela falta de sintonia entre os cronogramas - técnico e político, provocou a falta de mudas e atrasos na elaboração e entrega de projetos de irrigação”. Ao serem perguntados se o Projeto Frutificar obteve êxito no Norte Fluminense, o representante da Pesagro – RJ acredita que “no geral sim, porém a região ainda tem uma cultura conservadora que vem da cana-de-açúcar, e isso atrapalhou um pouco na inserção do programa”. Já o técnico agropecuário da Emater – RJ acredita que o programa Frutificar não obteve êxito na região e, ao ser perguntado do motivo, disse que “o programa não deu certo por questões políticas e por conta da agroindústria”. Portanto, próxima seção abará uma análise *in loco* junto aos agricultores familiares dos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana.

CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES FRUTICULTORES DOS MUNICÍPIOS DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA E CAMPOS DOS GOYTACAZES.

Foram aplicados 54 questionários semiestruturados, sendo 31 em Campos dos Goytacazes e 23 questionários em São Francisco de Itabapoana. Dos 54 questionários aplicados, 46 (85,2%) foram respondidos por homens e oito (14,8%) por mulheres. No município de Campos dos Goytacazes (tabela 08), dos 31 entrevistados, 24 (77,4%) são proprietários e sete (22,6%) são agregados (família). Em São Francisco de Itabapoana (tabela 08), dos 23 entrevistados, 16 (69,6%) são proprietários, quatro (17,4%) são agregados (família) e três (13,0%) são arrendatários (tabela 10).

Tabela 10 – Condição do produtor em relação à propriedade, nos municípios de Campos de Goytacazes e de São Francisco de Itabapoana.

Condição do produtor em relação a propriedade			
Campos dos Goytacazes		São Francisco de Itabapoana	
Proprietários	24	Proprietários	16
Agregados Familiar	7	Agregados Familiar	4
—	—	Arrendatários	3
Total	31	Total	23

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2019. Org.: Freitas, 2019.

Em relação à faixa etária dos entrevistados, observamos, a partir das respostas obtidas, que a maior taxa do município de Campos dos Goytacazes corresponde à idade de 51 a 70 anos (38,70%), seguida da faixa etária de 26 a 40 anos (25,80%). O município de São Francisco de Itabapoana segue a mesma linha, já que a maior taxa também representa a faixa etária de 51 a 70 anos (56,52%). A partir do resultado, constatamos que, entre os entrevistados, está ocorrendo o envelhecimento da população do campo, freqüente no meio rural brasileiro.

No que diz respeito à escolaridade, notamos que há uma predominância de baixa escolaridade entre os entrevistados. Nos municípios de Campos dos Goytacazes (61,29%) e em São Francisco de Itabapoana (65,21%), a maior parte dos produtores rurais entrevistados tem a escolaridade até o Ensino Fundamental I (antiga 4^o série). A baixa escolaridade é um problema, pois a falta de instrução muitas vezes pode acarretar perdas financeiras e dificuldades para contabilizar os custos e os gastos.

Em relação à quantidade de membros residindo atualmente na propriedade dos entrevistados, do total de 31 do município de Campos dos Goytacazes, 10 disseram residir três pessoas (32,2%) atualmente no lote, sendo a maior taxa do município. Já em São Francisco de Itabapoana, sete entrevistados (30,4%) disseram residir com duas pessoas. Podemos, então, caracterizar que em São Francisco a maior parte das propriedades dos entrevistados é constituída por duas pessoas, enquanto em Campos a maior parte das propriedades dos entrevistados é constituída por três pessoas.

Ao serem questionados, em Campos dos Goytacazes, se participam de algum grupo coletivo (como associações, cooperativas ou sindicatos), dos 31 entrevistados, 11 (35,5%) afirmaram participar e 20 (64,5%) não participam. Entre os 11 entrevistados, sete afirmaram participar da associação de moradores e produtores rurais de Jacarandá, quatro afirmaram participar do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município e um afirmou participar de uma cooperativa. Em São Francisco de Itabapoana, nove (39,1%) afirmaram participar e 14 (60,9%) não participam. Dos nove entrevistados, quatro agricultores familiares participam da associação de moradores e produtores rurais de Carrapato e cinco participam do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município.

Os grupos coletivos, como as associações e cooperativas, são essenciais para que os agricultores familiares se organizem, para que possam conseguir benefícios em políticas públicas e programas, além de lutar em conjunto para melhorias em relação à assistência técnica, comercialização e a produção agrícola em si. Porém, os entrevistados que disseram não participar, deram como motivo o fato de “não funcionar”, “não traz benefício”, “só tem problemas” etc.

Em relação à produção de frutas (tabela 11) em Campos dos Goytacazes, os fruticultores, em sua maioria, cultivam a laranja, banana e coco. Porém, em quantidades menores, produzem também goiaba, manga, melão, limão e jabuticaba. Em São Francisco de Itabapoana, os 23 entrevistados cultivam o abacaxi e quatro cultivam também o maracujá.

Tabela 11 – Principais frutas cultivadas pelos entrevistados dos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana.

Principais frutas cultivadas pelos entrevistados			
Campos dos Goytacazes		São Francisco de Itabapoana	
Laranja	23	Abacaxi	23
Banana	8	Maracujá	4
Coco	6		

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2019. Org.: Freitas, 2019

Após a caracterização dos entrevistados e de sua unidade familiar, abordaremos sobre as atividades agropecuárias, a fruticultura e as dificuldades atinentes à agricultura. Notamos, por meio da figura 03, que no município de Campos dos Goytacazes, a maior parte dos agricultores familiares não possui mão de obra extra que os auxilie no cultivo de frutas, totalizando 20 entrevistados (64,3), enquanto oito (25,8%) possuem ajuda de diarista, que disseram contratar em momentos de plantio e colheita, quando se caracteriza o trabalho “mais pesado”, e dois (6,4%) entrevistados possuem mão de obra extra composta por parceiros. Perante o resultado, constatamos a importância significativa da mão de obra

familiar, já que a maior parte dos entrevistados conta somente com a família nos processos produtivos, não contratando mão de obra externa.

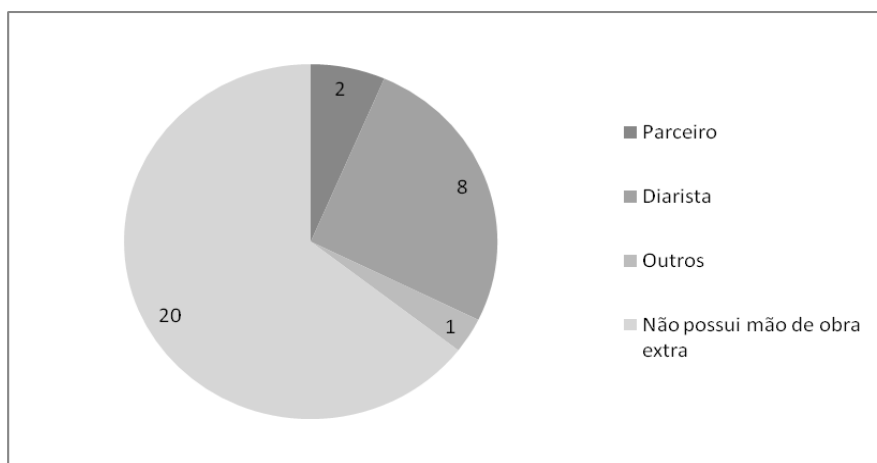


Figura 03 – Mão de obra externa utilizada no processo produtivo pelos entrevistados de Campos dos Goytacazes.

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2019. Org: Freitas, 2019

Em São Francisco de Itabapoana (figura 04), como a cultura de abacaxi é expressiva em área e quantidade, o técnico agropecuário da EMATER do município nos informou que na época de colheita, de novembro a dezembro, chega a sair do município aproximadamente 200 caminhões com abacaxi ao dia. Considerando esse fato, podemos relacionar com os resultados do questionário, em que 14 entrevistados (60,9%) dos 23 têm diaristas, justamente na fase de plantio e colheita, e quatro (17,3%) entrevistados disseram ter, como mão de obra extra, os parceiros.

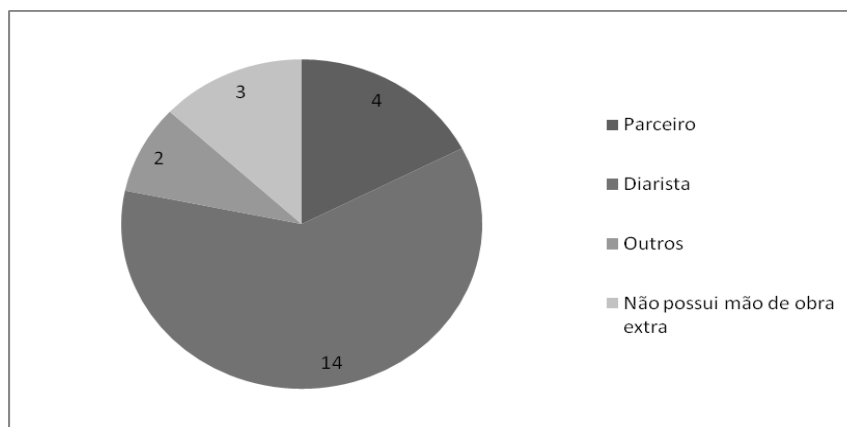


Figura 04 – Mão de obra externa utilizada no processo produtivo pelos entrevistados de São Francisco de Itabapoana.

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2019. Org: Freitas, 2019

A DAP (Declaração de Aptidão), documento de identificação do agricultor familiar, permite o acesso às políticas públicas. Essa declaração, no município de Campos dos Goytacazes, não foi adquirida por 24 entrevistados (77,4%). O resultado é alarmante (tabela 12), pois, apesar de ser um direito dos agricultores familiares, a falta de informação, a dificuldade da emissão e a manutenção da DAP faz com que eles não tenham acesso a políticas públicas e outros programas de incentivo à atividade agrícola, alguns dos

entrevistados que não possuem a DAP, alegaram nunca ter ouvido falar da mesma, o que mostra que falta instituições e órgãos que tenham um trabalho de orientação e instrução junto desses agricultores.

Ao serem questionados se já tinham feito parte de alguma política pública, somente 3 entrevistados (9,7%) dos 31 responderam que sim, dois participaram do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e um do Rio Rural. No que diz respeito à assistência técnica no mesmo município (tabela 12), 17 entrevistados (54,8%) disseram ter recebido assistência técnica principalmente da EMATER, e outros 14 (45,1%) disseram nunca ter recebido assistência técnica em sua propriedade.

Tabela 12 – Acesso à DAP (Declaração de Aptidão) e assistência técnica, do município de Campos dos Goytacazes.

	Campos dos Goytacazes	
	Possui acesso	Não possui acesso
Declaração de Aptidão (DAP)	7	24
Assistência Técnica	17	14

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2019. Org: Freitas, 2019.

Já no município de São Francisco de Itabapoana (tabela 13), 14 entrevistados (60,9%) disseram possuir a DAP e 9 (39,1%) disseram não possuir. Nesse mesmo município, 9 entrevistados disseram ter participado de políticas públicas, como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PRONAF. Quanto à assistência técnica, 11 entrevistados (47,8%) já receberam, em sua propriedade, assistência técnica principalmente também da EMATER e 12 (52,2%) disseram não ter tido acesso a mesma. Em ambos os municípios, a assistência técnica é de fundamental importância para viabilizar satisfatoriamente a produção e evitar possíveis perdas e a falta de assistência técnica pode acarretar necessidade de irrigação, plantio fora de época, uso de solos impróprios, entre outras coisas, conforme pontua Zinga *et al* (2011, p.149).

Tabela 13 - Acesso à DAP (Declaração de Aptidão) e assistência técnica, do município de São Francisco de Itabapoana.

	São Francisco de Itabapoana	
	Possui acesso	Não possui acesso
Declaração de Aptidão (DAP)	14	9
Assistência Técnica	11	12

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2019. Org: Freitas, 2019

Podemos relacionar o uso de agrotóxico (tabela 14) com a falta de assistência técnica e também a busca pela alta produtividade na atividade agrícola. Em Campos dos Goytacazes, 18 (58,1%) entrevistados utilizam agrotóxico no cultivo de frutas e 13 (41,9%) não utilizam. Já em São Francisco de Itabapoana, 21 agricultores (91,3%), a maior parte dos entrevistados, utiliza agrotóxico em sua produção e somente 2 não utilizam. Em relação ao município de São Francisco, o uso de agrotóxico pode ser relacionado à alta produtividade da cultura de abacaxi, já que naturalmente, segundo o técnico agropecuário da EMATER, o abacaxi leva aproximadamente 21 meses para estar pronto para consumo, porém, com o uso de agrotóxicos, em 12 meses os agricultores familiares estão realizando a colheita.

Tabela 14 – Uso de agrotóxico pelos entrevistados nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana.

Uso de agrotóxico pelos entrevistados			
Campos dos Goytacazes		São Francisco de Itabapoana	
Usa agrotóxico	18	Usa agrotóxico	21
Não usa agrotóxico	13	Não usa agrotóxico	2

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2019. Org: Freitas, 2019

Ao serem questionados se utilizam em sua propriedade algum sistema de irrigação, dos 31 entrevistados no município de Campos dos Goytacazes, 28 (90,3%) não possuem sistema de irrigação e três (9,7%) disseram possuir, e ao serem perguntados sobre as maiores dificuldades em relação ao cultivo da fruticultura, a maior dificuldade dita foi a falta de água na propriedade, condizente com o resultado, já que apenas três agricultores possuem irrigação. Muitos agricultores alegaram já terem perdido toda ou quase toda a produção em períodos de seca e falta de chuva. Em São Francisco de Itabapoana, oito agricultores familiares (34,8%) possuem o sistema de irrigação e 15 (65,2%) não possuem.

O canal de comercialização influencia diretamente na renda dos agricultores familiares. Nos questionários, os entrevistados relataram dificuldades para comercializar a produção, pois muitos não têm transportes próprios e acabam tendo que recorrer aos intermediários (conhecidos como “atravessadores”) como principal forma de comercialização. No município de Campos dos Goytacazes (figura 05), as principais formas de comercialização são os intermediários (atravessadores), totalizando 12 entrevistados (38,7%) e a comercialização própria com seis entrevistados (19,3%) que, pelas respostas, disseram vender em casa ou para conhecidos.

Já em São Francisco de Itabapoana, 20 entrevistados (86,9%) afirmaram comercializar sua produção com os intermediários e, em contrapartida, os mesmos alegaram que sua maior dificuldade em relação ao cultivo de frutas é justamente os intermediários, já que o pagamento não é feito à vista e sim após o comprador levar a produção, fazendo com que o pagamento não seja uma certeza. Muitos levaram, ao longo do tempo, “calote” ao não receberem o pagamento, como o agricultor J., ao contar que não recebeu ainda R\$ 100.000,00 referente à produção que vendeu em dezembro de 2018, fazendo com que interfira de forma direta na renda e no sustento da família.

O uso de “atravessadores” como principal forma de comercialização de ambos os municípios é preocupante, pois interfere diretamente na renda e na organização da família, considerando que esses “intermediários” pagam um valor abaixo do mercado, porém são vistos, pelos entrevistados no geral, como a única opção muitas vezes.

No que diz respeito à renda, ao serem questionados se a fruticultura era a atividade de maior valor econômico da propriedade, 18 entrevistados (58,1%) do município de Campos dos Goytacazes disseram que não, pois tinham outras fontes de renda que eram superiores à atividade frutícola e 13 (41,9%) entrevistados disseram que a fruticultura era a atividade de maior valor econômico da propriedade. Como observamos na figura 07, a renda de 14 (45,1%) dos 31 entrevistados de Campos varia de R\$ 500,00 a R\$1.000,00.

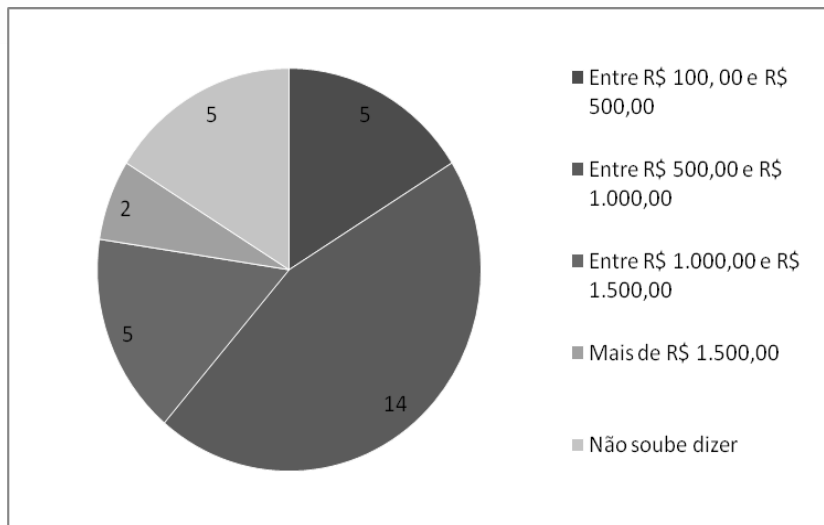


Figura 07 – Renda dos entrevistados em Campos dos Goytacazes.
 Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2019. Org.: Freitas, 2019

Em São Francisco de Itabapoana, 20 entrevistados (86,9%) afirmaram que a atividade frutícola é a atividade de maior valor econômico da propriedade dos mesmos, principalmente a cultura do abacaxi. Sendo assim, a partir dos resultados da figura 08, observamos que a renda mensal varia entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00 reais.

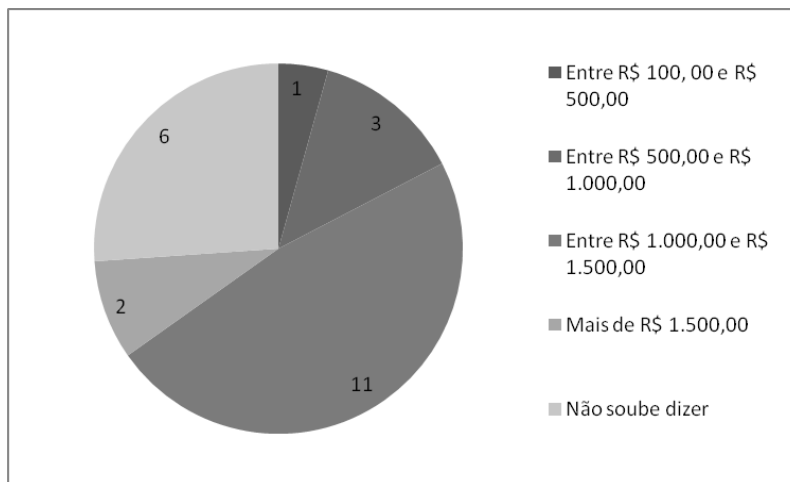


Figura 06 – Renda dos entrevistados em São Francisco de Itabapoana.
 Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2019. Org.: Freitas, 2019

Portanto, a fruticultura é uma atividade de grande importância na realidade dos agricultores familiares, tanto do município de Campos dos Goytacazes quanto de São Francisco de Itabapoana. Apesar disso, ainda pode ser observado, ao longo da paisagem e nas falas dos entrevistados, que a monocultura da cana-de-açúcar ainda faz parte do cotidiano e da renda dos mesmos, seja como uma fonte de renda minoritária ou esporádica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar a relevância da agricultura familiar e seu reconhecimento, tanto no meio acadêmico quanto institucional no Brasil. A região Norte Fluminense teve sua estrutura fundiária moldada pela elite agrária e pela concentração de terras através da monocultura da cana de açúcar e hoje, com a fruticultura, os agricultores familiares buscam uma diversificação produtiva, que interfere na renda e na forma de reprodução de suas famílias, mas a monocultura da cana ainda está presente.

A partir dos resultados obtidos nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana, ficou evidente que a fruticultura é uma forma de reprodução dos agricultores familiares. Porém, a ausência de instituições e órgãos governamentais, além de políticas públicas, afeta diretamente os agricultores e sua produtividade. Os mesmos alegam, entre as principais dificuldades, a falta de assistência técnica e incentivos financeiros para a fruticultura.

REFERÊNCIAS

ANJOS, F. S. dos. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003.

AQUINO, S. L. **A caminho do campo: as relações entre reforma agrária e migrações rural-urbano-rural e urbano-rural**. Um estudo de caso em Campos dos Goytacazes – RJ. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BAHIENSE, D.V; SOUZA, P.M.; PONCIANO, N.J. Incentivos à produção de frutas e as mudanças na agricultura da região Norte do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal – SP; v.37, junho, 2015.

BRANDÃO, A. S. P. O polo de fruticultura irrigada no Norte e Noroeste Fluminense. **Revista de Política Agrícola**. Ano XIII – Nº2, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso: 09 de outubro de 2018.

HADDAD, L. N. **Analisando as tensões entre produção agrícola e conservação ambiental no contexto dos assentamentos de reforma agrária, Campos dos Goytacazes, RJ**. 2009, Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, 2009.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar: Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

MATTEI, L. Papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MEIRELLES, J.C.J. **Avaliação do Programa Frutificar: uma política pública do Estado do Rio de Janeiro aplicada no município de Campos dos Goytacazes**. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia, Inovação em agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RAMIRES, J. C. de L.; PESSOA, V. L. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: MARAFON, G. J. et al. (org.). **Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: ED UERJ, FAPERJ, 2013, p. 23-36.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A.A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, S; CASSOL, A. **A Agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Chile. Set. 2013

SEAPPA. **Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. Rio de Janeiro**. Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/seapec/exibeconteudo?article-id=170910>>.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. Minas Gerais. Out. 1996.

WANDERLEY, M.N.B. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social Dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

ZINGA, M.R.M; PEDLOWSKI, M.A; NEY, M.G. Condicionantes da evasão e permanência em assentamentos da reforma agrária: o caso do Zumbi dos Palmares. In: PEDLOWSKI, M. A.; OLIVEIRA, J. C. P; KURY, K. A. (Org.). **Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no norte fluminense**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

Agradecimento à FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro) pela concessão da Bolsa de Iniciação Científica no ano de 2018.

Recebido em: 26/01/2018

Aprovado para publicação em: 25/06/2018